

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

RAIMUNDO ALCEU DOS SANTOS FILHO

DESTAQUES



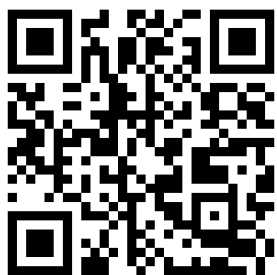
A PEDAGOGIA DE PROJETOS E O
DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES
Aline Pereira Matias



O ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA
Elisângela Oliveira Silva



DESENVOLVIMENTO DO POVO PARA POVO NAS PROVÍNCIAS DE
BENGO, LUANDA E HUAMBO (1993-2013) NA PERSPECTIVA
HISTÓRICO-EDUCATIVA
Celestina Silepo



Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas: Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos

Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Aline Lima Carvalho
- Aline Pereira Matias
- Celestina Silepo
- Elisângela Oliveira Silva
- Gabriela Amorim Guerra Bezerra
- Geni Santana Cardoso
- Ilda Helena Domiciano Paukoski
- Ismenia Maria Pires Vaz
- Jonatas Hericos Isidro de Lima
- Josefa Bezerra de Meneses
- Mateus Canivonga e Bela Cadete
- Neide Benedita de Moraes
- Rosinalva de Souza Lemes
- Rubia Mara Requena dos Santos
- Silvana Trindade de Azevedo
- Solange Alves Gomes Zaghi
- Tatiane Pavão Ongaro Borges
- Vanessa Izidorio de Arruda Domingues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 32 (set. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

118 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.32>



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva

Prof. Doutorando Isac dos Santos Pereira

Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 98031-7887

Whatsapp: 55(11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)

netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)

https://primeiraevolucao.com.br

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>

<https://pixabay.com>

<https://www.pngwing.com>

<https://br.freepik.com>

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação. É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**



Filiada à:



Platform & workflow by
OJS / PKP



Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Prof^a. Dra. Andréia Fernandes de Souza

16 DESTAQUE

Prof. RAIMUNDO ALCEU DOS SANTOS FILHO

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

COLUNAS

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



08 Semeando Ideias

Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos



ARTIGOS

1. A PSICOMOTRICIDADE E O DESENVOLVIMENTO CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
Aline Lima Carvalho	
★ 2. A PEDAGOGIA DE PROJETOS E O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES	23
Aline Pereira Matias	
★ 3. DESENVOLVIMENTO DO POVO PARA POVO NAS PROVÍNCIAS DE BONGO, LUANDA E HUAMBO (1993-2013) NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-EDUCATIVA	27
Celestina Silepo	
★ 4. O ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA	35
Elisângela Oliveira Silva	
5. A ARTE E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	45
Gabriela Amorim Guerra Bezerra	
6. A IMPORTÂNCIA DA CULTURA DIGITAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	51
Geni Santana Cardoso	
7. A ARTE CONTEMPORÂNEA NA ESCOLA	55
Ilda Helena Domiciano Paukoski	
8. A AVALIAÇÃO ESCOLAR E O ALUNO NESSE PROCESSO FORMATIVO	61
Ismenia Maria Pires Vaz	
9. O LETRAMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NO ENSINO FUNDAMENTAL	67
Jonatas Hericos Isidro de Lima	
10. O LÚDICO COMO INSTRUMENTO NA FORMAÇÃO MORAL DA CRIANÇA	73
Josefa Bezerra de Meneses	
11. PLANO CURRICULAR NO ENSINO SECUNDÁRIO DO PRÉ-UNIVERSITÁRIO (PUNIV)-LUANDA-ANGOLA	79
Mateus Canivonga e Bela Cadete	
12. PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO AMBIENTE ESCOLAR	85
Neide Benedita de Moraes	
13. CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	91
Rosinalva de Souza Lemes	
14. A EVOLUÇÃO DO E-LEARNING E SUAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS DIGITAIS	95
Rubia Mara Requena dos Santos	
15. A HORA DA HISTÓRIA E O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	101
Silvana Trindade de Azevedo	
16. A ALFABETIZAÇÃO DESDE A TENRA IDADE	107
Solange Alves Gomes Zaghi	
17. A IMPORTÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	111
Tatiane Pavão Ongaro Borges	
18. O DESENHO COMO LINGUAGEM ARTÍSTICA	115
Vanessa Izidorio de Arruda Domingues	

Aos fins de semana me deparo com o pé-de-caqui. Seco, estagnado, galhos sem nenhuma perspectiva, parecendo com aquelas árvores de filmes de terror. Olho e penso acho que realmente ele morreu dessa vez. Nenhum inseto, nenhum broto, nada, investigo e percebo algum pedaço sem vida, faço a poda e concluo que não tem mais jeito.

Eis que a chuva, o frio, o calor e a intensidade da primavera chegam. O caquizeiro parece viver uma nova paixão. Se abre ao novo, lança suas folhas, suas flores e em menos de duas semanas é uma nova árvore, daquelas que conseguimos nos proteger do sol. Frondosa, acolhedora, me engana de novo, mais um ano. Logo disputaremos com as aves seus frutos.

Nosso trabalho vislumbra alguns caquizeiros ao longo do ano, parecem não estarem aqui, mas quando se dão conta de seu processo, crescem, produzem e nos encantam.

Que nesta chegada da primavera a edição de setembro sirva para inspirar, acorde aqueles projetos que você tem vontade de realizar, dê frutos e compartilhe com os demais.

Boa leitura! Boa plantação! E claro, boas colheitas!



Prof.ª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

Licenciada em Artes Visuais, Pedagogia e Matemática. Doutora pela (UNIFESP). Professora Nota Dez em 2015 (VICTOR CIVITA). Professora dos anos iniciais na rede pública estadual e municipal de São Paulo.

PLANO CURRICULAR NO ENSINO SECUNDÁRIO DO PRÉ-UNIVERSITÁRIO (PUNIV)-LUANDA-ANGOLA

MATEUS CANIVONGA

BELA CADETE

RESUMO

O presente artigo, tem como tema: Estudo do plano curricular no perfil de saída profissional dos alunos da 12ª classe. O propósito é saber se o plano curricular dos cursos que compõem o segundo ciclo do ensino secundário ou pré-universitário (PUNIV) comporta o perfil de saída profissional para os alunos que concluem o respectivo ciclo de formação. O presente estudo enquadra-se na pesquisa qualitativa na sua vertente descritiva. Contribui negativamente para o surgimento do sentimento desespero, abandono escolar, repetência, frustração, alcoolismo, não realização pessoal, delinquência e de não realização profissional;

Palavras-chave: Currículo. Educação. Saída profissional.

INTRODUÇÃO

A educação pertence ao domínio da arte de criar condições susceptíveis de orientar a evolução dos sujeitos e como elemento de um sistema, jamais deve permanecer estática no tempo e no espaço para atingir esse fim.

Pertencendo a um determinado meio social, a escola é influenciada pelo estado social, técnico, económico e pela ideia que se forma do seu meio, seu lugar e do seu papel.

Atualmente verifica-se que com a construção e abertura de mais escolas do ensino geral, a taxa de escolarização em Angola tenha atingido valores bastante elevados para a população jovem em idade escolar, mas, apesar dessas transformações é ainda acentuado um elevado índice de desemprego e insucesso profissional por parte de muitos jovens. Investigar até que ponto o currículo ou plano curricular deste ciclo de formação recai sobre expectativa profissional desses jovens, ajuda idealizar como a associação educação-escola-currículo e sociedade, permite unificar uma série de informações e conhecer os padrões de comportamento assumidos por cada indivíduo nos diferentes contextos sociais.

CONCEITOS DE PLANO CURRICULAR

Neste item se pode constar alguns conceitos de plano curricular

De acordo com Torrinhas (200, p. 1129), o termo plano (do original em latim, planu) significa planta, planície, traçado, desenho, disposição geral de uma obra, projecto, desígnio. Para Tavares (2011, p. 115), plano é produto, aquilo que pode ser explicitado em forma de registo que é provisório. Corresponde ao programa de uma actividade temporária.

Segundo Vasconcellos (1995, citado por Tavares, 2011, p. 116), plano é um guia de orientação, deve ter uma ordem sequencial, progressiva, para que alcance seus objectivos, ou seja, ele deve ter objectividade e flexibilidade, bem como possuir coerência.

Noutra visão, Gill (2010, p. 96), entende o plano como sendo, documento que consolida as acções planeadas e executadas às actividades necessárias para o alcance dos objectivos pretendidos. Nessa etapa do processo é que se desenvolvem as acções didácticas, tais como a exposição, a orientação de leitura e a condução dos grupos de estudo. Corresponde a consolidação das acções planeadas tendo em vista os objectivos a serem alcançados numa actividade.

PLANO CURRICULAR

O plano curricular é um documento bastante importante para a vida escolar.

O plano curricular, na maior parte das vezes aparece associado à sinónimos tais como, desenho curricular, directriz curricular, guia curricular, currículo pleno, projecto curricular, programa curricular, decisão curricular (Pilletti, 2004; Roldão e Almeida, 2018; Silva, 2011; Rosário, 2008; Gill, 2000 e Arroyo, 2011).

No intuito de Pilletti (2004, p. 56), desenho curricular é o conjunto formado pelos currículos das diferentes séries e turmas escolares. É um plano escrito, cujo objectivo é orientar os professores no desenvolvimento final do currículo, numa situação de aprendizagem. Para este autor, plano curricular é o conjunto das disciplinas, conhecimentos, métodos, estratégias, recursos e meios de ensino de que os professores põem as mãos para a efetivação da aprendizagem dos alunos de um determinado nível de escolaridade.

Para Roldão e Almeida (2018, p. 18), o plano curricular ou decisão curricular surge como um processo que implica analisar a situação que se apresenta e confrontá-la com o que se pretende conseguir da vida quotidiana da escola. Trata-se portanto, de um mecanismo que permite gerir adequadamente as mudanças nos sistemas sociais, económicos e educativos através da escola. Mais adiante, Roldão e Almeida (2018, p.161), percebem o projecto curricular como um quadro mais amplo que articula e formula as competências gerais e transversais à saída do ensino básico associadas as disciplina. Neste conceito, estes autores destacam dois aspectos importantes, o primeiro é a redução do currículo a um conjunto de disciplinas de valores transversais e o segundo dá a escola a autonomia da aplicação, avaliação, execução e gestão do plano curricular.

Silva (2011, p. 495), partilha a ideia onde o projecto curricular é visto como o conjunto de decisões articuladas e partilhada pelo corpo docente de um estabelecimento educativo tendente a adoptar de maior coerência a sua actuação, concretizando as orientações curriculares de âmbito nacional em propostas globais de intervenção pedagógico-didáctica adequadas ao contexto específico.

Conforme Rosário (2008, p. 62), o plano ou projecto curricular surge como uma dimensão do currículo à metodologia, acções e resultado do diagnóstico, modelação, estruturação e organização dos projectos curriculares. Nesta perspectiva de ideia plano curricular passa a ser a dimensão das experiências a serem desenvolvidas pelos alunos de uma estrutura escolar de forma metodológica. O plano curricular é a materialização das actividades a serem desenvolvidas pelos alunos. Envolve as actividades extracurriculares como visitas de estudos, experiências de laboratório, visita a museus, exploração arqueológicas, práticas de natação, actividades recreativas e comemorativas. É um documento formal que expressa o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e experiência educacionais a serem adquiridos por todos os alunos de um determinado sistema escolar.

Segundo Roldão e Almeida (2018, p. 528), outro aspecto a se ter em conta é que o conceito de plano, projecto, programa ou desenho curricular tem dois sentidos, um informal e outro formal. No sentido informal o plano curricular é visto como um processo decorrente da execução do projecto educativo da escola, enquanto que, no sentido formal é visto a partir dos conteúdos transversais a serem transmitidos e dos objectivos a serem almejados. Gill (2011, p. 98), acrescenta que o plano curricular indica os tópicos ou campos de estudo às demais experiências de ensino e aprendizagem que compõem os currículos, mas evitam ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias predeterminadas e que não poderão exceder cinquenta por cento da carga horária total dos cursos. De forma resumida pode-se comentar que na visão deste autor, plano curricular corresponde ao programa que prevê a totalidade das acções traçadas pelas políticas educacionais relativas à necessidade de formação técnica e o desenvolvimento cultural.

ALGUMAS TEORIAS SOCIOLOGICAS E O CURRÍCULO

Moreira e Silva (2002, p. 7), afirmam que as teorias sociológicas e críticas do currículo começaram a ser desenvolvidas no final do século dezenove e início do século vinte, nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Inglaterra, quando um significativo número de educadores demonstraram a preocupação com os processos de racionalização, sistematização e controle da escola e do currículo. Surgiram numa altura em que o consenso teórico e metodológico da educação era dominada pela supervalorização do planeamento, pela implementação e controlo dos currículos, pelos objectivos comportamentais, pela adopção de procedimentos científicos de avaliação e pelas pesquisas educacionais quantitativa consideradas deste modo como o melhor caminho para se produzir conhecimento.

De acordo com, Kliebard (1965 e Shor 1986, citados por Moreira e Silva, 2002, p.18), dentre os principais representantes desta concepção teórica se destacam na América os autores como Rugg & Tyler (1949), que procuraram incorporar suas contribuições em síntese integradoras; os trabalhos de Bobbitt (1918), que apresenta o currículo como um modelo de pretensão científica que dá resposta à preocupação de preparar todos os jovens para a sua vida adulta futura;

Na Inglaterra, de acordo com Fernando (2008, p. 53), surgem como representantes, Stenhouse & Elliot (1966), que analisaram a relação entre a escola e a sociedade de modo a solucionar determinados problemas da sociedade e buscar soluções através das relações didáticas complexas entre o professor e os alunos; Schwab (1969), que procurou dar resposta ao paradigma ecológico e demonstrou a necessidade do plano curricular ser concebido a partir das experiências diárias dos alunos e não pela opinião pré-estabelecida e, Niebla (1976) cujo marco de opinião considera o currículo como produto do referencial social, económico, político e científico. Para ele, o plano curricular de um determinado nível de ensino deve ser elaborado em função das características da prática profissional, da acção interdisciplinar sobre o objecto de transformação, dos modelos e das tipologias de avaliação.

TEORIAS CURRICULARES SÓCIO-CRÍTICAS

Para Rosário (2008, p. 47), as teorias curriculares de âmbito sócio-crítico surgem como sucessão das concepções conductistas e oposição das concepções fundamentadas na tecnologia educativa. As suas teses são fundamentadas na tecnologia educativa e nos processos de socialização dos alunos na sala de aula, na análise dos problemas e na procura de soluções através da busca minuciosa do conhecimento.

Critérios para elaboração do plano curricular

As fases de elaboração do projecto curricular, na visão de Silva (2011, p. 497), implica obedecer os seguintes critérios:

- Definição dos objectivos gerais da aprendizagem. Envolve a selecção das competências que servem de referência para as decisões sobre as actividades a avaliar e o progresso dos alunos;
- Selecção dos critérios de interdisciplinaridade, integração e globalização para melhor definir e organizar os conteúdos;
- Definição das orientações metodológicas que servirão de suporte as diversas opções individuais;
- Selecção das unidades didáticas integradoras com base na calendarização das actividades;
- Definição dos critérios de organização espaço-temporal com o propósito de se criar as condições adequadas para a realização e desenvolvimento das actividades dos alunos;
- Selecção dos manuais curriculares que serviram de apoio e consulta;
- Decidir sobre o campo das adaptações curriculares em função das necessidades educativas específicas de cada aluno e estabelecer os critérios de avaliação formativa e sumativa que serviram de indicadores para orientar os alunos;
- Selecção dos materiais didácticos a serem utilizados como critérios para organização e utilização das actividades propostas.

MODELOS DE PLANOS CURRICULARES

De acordo com Roldão e Almeida (2018, p. 19), as políticas de gestão e flexibilidades criaram a necessidade de agrupar o plano curricular em quatro níveis: central, institucional, grupal e individual. O primeiro nível de desição curricular estabelece o currículo nacional delineado pela administração central, faz a prescrição das aprendizagens comuns a serem promovidas pela escola e se materializa a partir dos programas, orientações curriculares e documentos afins. Dito em outras palavras, corresponde aos programas das políticas educacionais de âmbito geral.

Moreira e Silva (2002, p. 60), esclarecem que este modelo de plano curricular deve estar sob-responsabilidade dos grupos de direitas que precisam pensar com extremo cuidado sobre o que pode acontecer no futuro, analisar os conteúdos básicos e fundamentais que determinam as metas e os objectivos a serem alcançados e caracterizar a pauta política na educação de todas as áreas da política nacional através das quais os vinte por cento mais ricos da população ficam com oitenta por cento dos benefícios.

Roldão e Almeida (2018, p. 20), definem o plano curricular de nível institucional ou meso, como sendo, um processo de adaptação do currículo nacional ao contexto das escolas, do projecto educativo que expressa a visão e o instrumento de gestão educativa da escola. Este modelo de plano curricular, de acordo com Galeão (2005, p. 22), contribui para a continuidade e coerência da actuação educativa da equipa de professores dos diferentes níveis de escolaridade. Em outras palavras, o plano curricular escolar ou institucional procura materializar o plano curricular central em função da realidade apresentada por cada escola.

Na visão de Costa e Ramos (2004, p. 88), o projecto curricular institucional deve ser elaborado em função do plano central, do contexto sociocultural onde está inserida, da finalidade educativa e das características específicas de cada escola, alunos e professores. Gill (2010, p. 98), acrescenta a definição da missão da escola e dos seus objectivos, descrição das suas metas, bem como, apresentação dos dados referentes à sua organização académica e administrativa, planeamento e organização didáctica-pedagógica, oferta de cursos e programas, infra-estrutura académica e o projecto de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional.

Nobre (2003, p. 31), demonstra que a finalidade do processo de elaboração ou construção do plano curricular de nível institucional visa assegurar o sucesso de todos os alunos, proporcionar igualdade de acesso e oportunidade educativa, encontrar no trabalho de equipa dos professores a maneira mais adequada para a efectivação do plano central ou nacional à escola, sendo posteriormente a base para a elaboração dos vários projectos curriculares de turmas.

Gill (2010, p. 98), explica que a elaboração do plano curricular institucional é importante, por que, possibilita refletir sobre o seu passado, presente e o futuro, identificar seus pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades a que pode estar sendo submetida.

O projecto curricular institucional se manifesta no modo de como a escola organiza as diversas áreas e disciplinas do currículo, a carga horária, os tempos lectivos, a distribuição do serviço docente e o modelo de selecção, valorização, avaliação dos processos, produtos culturais e a forma de comunicação, Nobre (2003, p. 33). O plano curricular institucional, se desdobra em plano curricular grupal e o plano individual.

SISTEMA EDUCATIVO ANGOLANO

O Ministério da Educação (MED, 2019, p. 8), esclarece que a génese da educação em Angola está intrinsecamente ligada com a proclamação da independência de 11 de Novembro de 1975. É a partir da independência que ocorreram profundas transformações no sistema político e socioeconómico angolano, como por exemplo, a passagem da economia socialista para a economia de mercado, a mudança do sistema político monopartidário para o sistema político multipartidário e a implementação da segunda reforma educativa que passaram a abranger o sistema de educação e ensino.

Essas transformações, segundo Dacal (1986, citado por Arroiteia, 2008, p. 157), contribuíram para uma acção instrutiva desenvolvida de acordo com os princípios e técnicas de carácter científico e deram respostas às solicitações, expectativas e necessidades da sociedade e grupos que a integram.

Segundo a Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE, 2001, p. 2) e INIDE/MED (2019, p. 9), criou-se um sistema de educação e ensino que eliminou os vestígios da política educativa colonial, tendo esta sido consagrada na lei constitucional, como um direito de todos os cidadãos, sem discriminação de sexo, raça, etnia e crença religiosa. Este veio contribuir para a escolarização de todas as crianças em idade escolar, reduzir o elevado índice de analfabetismo em jovens e adultos, aumentar a eficácia do sistema educativo, garantir a igualdade de oportunidades no acesso, gratuidade do ensino a todos os níveis, aperfeiçoamento constante do pessoal docente, contribuir para expansão da rede escolar, melhorar a qualidade de ensino, reforçar a eficácia e melhorar a equidade do sistema de educação.

Para o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação e Ministério da Educação (INIDE/MED, 2019, p. 10), a Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro de 2001, definiu os princípios organizadores e estruturantes que estabeleceram as bases legais do sistema de educação para a melhoria da qualidade de ensino, reforço a eficácia do sistema de educação de forma significativa, construção de mais escolas em todo o país, elaboração dos materiais pedagógicos e o reforço da eficácia e da equidade do sistema. Estes princípios são inspirados num conjunto de exigências resultantes do actual contexto sócio-económico onde o livro escolar é destacado como fonte de informação científica para a transformação do processo educativo e dos recursos didáctico-pedagógicos relevantes.

Deste modo, o sistema educativo angolano, para o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação e Ministério da Educação (INIDE/MED, 2019, p. 11), passou a ser entendido como o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais realiza-se o processo educativo, tendente à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, paz, progresso social e direito. Trata-se porém de um conjunto de instituições públicas e privadas que respondem às necessidades de instrução e formação da população nas diferentes etapas da sua vida pessoal.

De acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE, 2001, p. 2), o sistema educativo está sob-tutela da lei constitucional e desenvolve-se em todo o território nacional sobre responsabilidades e iniciativas do poder central do estado, sociedades filantrópicas, associações religiosas, poder local do estado, organizações não governamentais e iniciativas privados. Gill (2010, p. 95), defende que também deve estar sobre as directrizes do plano nacional de formação de quadros, coordenação geral do Ministério da Educação e Cultura, do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e dos acordos de cooperação e experiências adquiridas.

INIDE/MED (2019, p. 11), demonstra que do ponto de vista geral ou organizacional, o sistema educativo angolano está dividido em quatro níveis de ensino de disposição funcional, nomeadamente, educação pré-escolar; ensino primário; ensino secundário e o ensino superior. Desse contexto adstrito ou estrutural, o sistema educativo angolano aparece analisado a partir de um padrão unificado dividido em seis subsistemas: subsistema de educação pré-escolar; subsistema de ensino geral; subsistema de ensino técnico-profissional; subsistema de formação de professores; subsistema de educação de adultos e, subsistema de ensino superior.

SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Segundo Nérice (2011, p. 34), a educação pré-escolar pode também ser denominada por ensino pré-escolar, pois, teve como fundador, o inesquecível educador alemão Friedrich Froebel, que anteviu a necessidade da estimulação precoce da criança para o seu normal desenvolvimento. Para Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação e Ministério da Educação (INIDE/MED, 2019, p. 18), este nível de ensino é dirigido a indivíduos da primeira infância, cuja idade vai desde o nascimento aos cinco anos de idade aproximadamente e corresponde a fase da vida da criança em que se devem realizar acções de condicionamento e desenvolvimento psicomotor. É a base da educação que cuida da construção das habilidades da primeira infância, de modo a preparar a criança para o ensino obrigatório, satisfazendo as suas necessidades básicas de aprendizagem.

De acordo com a (LBSE, 2001, p. 6), este subsistema de ensino aparece estruturado em dois ciclos de aprendizagem, designadamente, a creche que agrega os indivíduos dos três meses aos três anos de idade e o jardim de infância que agrega as crianças dos três aos cinco anos de idade aproximadamente.

O subsistema de Educação Pré-escolar, de acordo com INIDE/MED (2019, p. 17), procura alcançar os seguintes objectivos: estimular o desenvolvimento intelectual, físico, moral, estético e afetivo da criança, garantindo-lhe um ambiente sadio, de modo a facilitar a sua entrada no subsistema de ensino geral; melhorar a participação da criança, através da observação e compreensão do meio natural, social e cultural que a rodeia; desenvolver as capacidades de expressão, de comunicação, de imaginação criadora, estimulando a curiosidade e a actividade lúdica da criança. Nérice (2011, p. 34), acrescenta ainda o de dar continuidade ao trabalho educativo iniciado no lar; desenvolver a psicomotricidade que favoreça o desenvolvimento da personalidade e para o aprendizado da leitura e escrita; estimular a curiosidade, iniciativa, criatividade e a independência da criança; promover hábitos de asseio, ordem e economia; desenvolver o senso de auto-disciplina e auto-consciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os cursos que compõem o segundo ciclo do ensino secundário ou pré-universitário (PUNIV), possuem apenas perfil de saída de âmbito académico e por este motivo causa um impacto negativo na saída profissional dos alunos da 12^a classe;

A falta da componente prática no plano curricular dos cursos que compõem o segundo ciclo do ensino secundário ou pré-universitário (PUNIV) dificulta a inserção profissional dos alunos da 12^a classe;

O plano curricular do segundo ciclo do ensino secundário contribui para o surgimento do sentimento de abandono escolar, repetência, frustração, alcoolismo, desespero, não realização pessoal, delinquência e de não realização profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel G.. **O Currículo: Território em disputa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- ARROTEIA, Carvalho Jorge. **Educação e desenvolvimento: fundamentos e conceitos**. Unidade de investigação. Construção de conhecimento pedagógico no sistema de formação. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2008.
- COSTA, J. e RAMOS M.. Os professores e a construção do currículo no escola: a construção de projectos curriculares de escola e de turma. In **gestão curricular-percurso de investigação**. Lisboa: Universidade de Aveiro, 2004.
- FERNANDO, Rosário, **Material de apoio de Teoria e Desenvolvimento Curricular**. Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação, 2008.
- GALEÃO, Correia Borges Filipa Raquel. **Desenvolvimento curricular: análise de projectos curriculares**. Competências transversais nos projectos curriculares de escola. Coimbra: Porto Editora, 2005.
- GILL, Carlos António. **Didáctica do ensino superior**. 4ª Edição, Editora Atlas, 2010.
- INIDE/MED. **Plano curricular: Pré-escolar e ensino primário**. Actualização curricular. Luanda: Editora Moderna, Gest Gráfica, S.A, 2019.
- INIDE/MED, **Plano curricular: Ensino secundário pedagógico**. Actualização curricular. Luanda: Editora Moderna, Gest Gráfica, S.A, 2019.
- Lei de Bases do Sistema de Educação**. Luanda: Assembleia Nacional, 2001.
- MOREIRA, Flávio António e SILVA, da Tadeu Tomas (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- NÉRICI, Imídeo G.. **Introdução a Didáctica Geral**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- NOBRE, P.. **Desenvolvimento curricular: Documentos de apoio às aulas**. Coimbra: Faculdades de Ciências do Desporto e Educação Física, 2003.
- PILETTI, Claudino. **Didáctica geral**. São Paulo: Ática Editora, 2004.
- ROLDÃO, do Céu Maria & ALMEIDA, de Sílvia. **Gestão Curricular para a autonomia das escolas e professores**. Direcção geral da educação 2018. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/livro_gestao_curricular.pdf.
- SILVA, da Ribeiro Manuel Carlos. **Desenvolvimento curricular e construção do conhecimento profissional**. Porto: Instituto de Educação, 2011.
- TAVARES, Horta Rosilíne. **Didáctica Geral**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- TORRINHAS, Francisco. **Dicionário de língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Notícias, 2005.



Mateus Canivonga

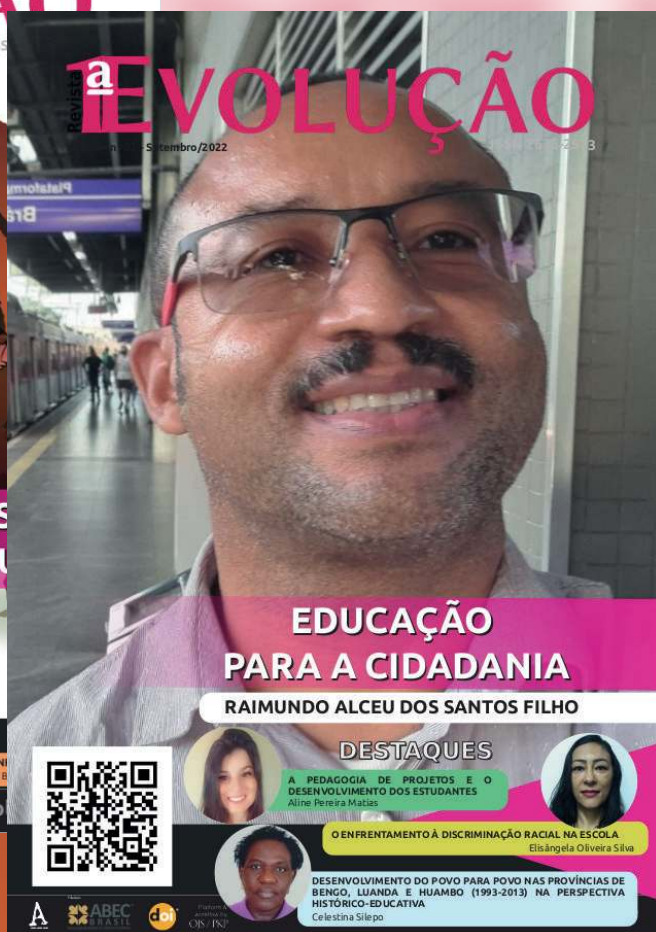
Licenciado em Ciências da Educação. Opção: Psicologia, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação-Luanda-Angola. Professor de profissão.



Bela Cadete

Licenciada em Ciências da Educação. Opção: Psicologia, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação-Luanda-Angola

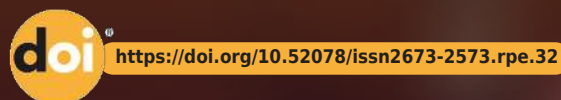
EVOLUÇÃO



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Aline Lima Carvalho
Aline Pereira Matias
Celestina Silepo
Elisângela Oliveira Silva
Gabriela Amorim Guerra Bezerra
Geni Santana Cardoso
Ilda Helena Domiciano Paukoski
Ismenia Maria Pires Vaz
Jonatas Hericos Isidro de Lima
Josefa Bezerra de Meneses
Mateus Canivonga e Bela Cadete
Neide Benedita de Moraes
Rosinalva de Souza Lemes
Rubia Mara Requena dos Santos
Silvana Trindade de Azevedo
Solange Alves Gomes Zaghi
Tatiane Pavão Ongaro Borges
Vanessa Izidorio de Arruda Domingues



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

